



Facultade de Filoloxía

Grao en Linguas e Literaturas Modernas

Mención en Lingua Portuguesa e Literaturas Lusófonas

Traballo de  
fin de grao

*A documentación romance  
da Colegiada de Sta. M.<sup>a</sup>  
da Oliveira de Guimarães  
entre 1286 e 1300*

Marcos Mario Miguéns Martínez

Titor: Prof. José António Souto Cabo

---

Ano académico 2018-2019



Facultade de Filoloxía  
Grao en Linguas e Literaturas Modernas  
Itinerario en Lingua Portuguesa e Literaturas Lusófonas

Traballo de  
fin de grao

*A documentación romance  
da Colegiada de Sta. M.<sup>a</sup>  
da Oliveira de Guimarães  
entre 1286 e 1300*

Marcos Mario Miguéns Martínez

Titor: Prof. José António Souto Cabo

---

Ano académico 2018-2019

# ÍNDICE

Introdução.....	1
<b>1. Latim e romance na documentação da Colegiada de Guimarães.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Coletânea documental.....</b>	<b>9</b>
2.1. Princípios e critérios de transcrição gráfica.....	11
2.1.1. Princípios genéricos.....	11
2.1.2. Critérios.....	12
2.2. Documentos transcritos.....	14
<b>3. Análise scriptolinguística.....</b>	<b>24</b>
3.1. Escrita latina.....	24
3.2. O vocalismo.....	24
3.3. Consoantes.....	27
3.3.1. Usos do grafema <h>.....	27
3.3.2. Os dígrafos <nh> e <lh>.....	28
3.3.3. O sistema de fricativas.....	29
<b>4. Outros aspetos.....</b>	<b>30</b>
<b>Conclusões.....</b>	<b>31</b>
Bibliografia citada e consultada.....	32
Anexo: reproduções fotográficas.....	33



FACULTADE DE FILOLOXÍA



**Formulario de delimitación de título e resumo**  
**Traballo de Fin de Grao curso 2018/2019**

APELIDOS E NOME: Miguéns Martínez, Marcos Mario

GRAO EN: Linguas e literaturas modernas.

(NO CASO DE MODERNAS) MENCIÓN EN: Lingua portuguesa e literaturas lusófonas

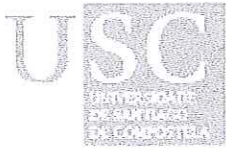
TITOR/A: José António Souto Cabo

LIÑA TEMÁTICA ASIGNADA: Lingua portuguesa

SOLICITO a aprobación do seguinte título e resumo:

**Título:** A documentação romance da Colegiada de Sta. M.<sup>a</sup> da Oliveira de Guimarães entre 1286 e 1300.

**Resumo:** Este traballo baseia-se num corpus constituído pela documentación da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães custodiada no arquivo da Torre do Tombo de Lisboa e comprendida entre os anos de 1286 e 1300. Seleccionamos, em concreto, os escritos particulares de natureza instrumental vinculados directamente com a cidade de Guimarães, excluindo, portanto, aqueles doutras procedências, ainda que incluídos nesse mesmo cartório. Em primeiro lugar, tentaremos caracterizar a emergência do romance nesse núcleo documental do ponto de vista cronológico, diplomático e escritural, delimitando-o da produção em língua latina. O traballo incluirá, igualmente, a edición de un conxunto representativo de escrituras do período definido, seleccionadas polo seu interese lingüístico, amplitude cronológica, pluralidade de autores e conformación paleográfica. Com base nelas, elaboraremos un estudo centrado em dous aspetos xerais. Por un lado, as peculiaridades de natureza scriptográfica, com especial destaque para os procedimentos utilizados para a representación da lateral palatal e da nasal palatal, e também para aspetos relativos ao sistema das sibilantes e às vogais nasaladas na sequéncia da queda de -N- (intervocálico) latino. Por outro, tencionamos analizar as características lingüísticas mais salientáveis, nomeadamente do punto de vista morfológico e lexical.



FACULTADE DE FILOLOXÍA



**Formulario de delimitación de título e resumo**  
**Traballo de Fin de Grao curso 2018/2019**

APELIDOS E NOME: Miguéns Martínez, Marcos Mario

GRAO EN: Linguas e literaturas modernas.

(NO CASO DE MODERNAS) MENCIÓN EN: Lingua portuguesa e literaturas lusófonas

TITOR/A: José António Souto Cabo

LIÑA TEMÁTICA ASIGNADA: Lingua portuguesa




SOLICITO a aprobación do seguinte título e resumo:

**Título:** A documentación romance da Colegiada de Sta. M.<sup>a</sup> da Oliveira de Guimarães entre 1286 e 1300.

**Resumo:** Este traballo baseia-se num corpus constituído pela documentación da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães custodiada no arquivo da Torre do Tombo de Lisboa e comprendida entre os anos de 1286 e 1300. Seleccionamos, em concreto, os escritos particulares de natureza instrumental vinculados directamente com a cidade de Guimarães, excluindo, portanto, aqueles doutras procedências, ainda que incluídos nesse mesmo cartório. Em primeiro lugar, tentaremos caracterizar a emergência do romance nesse núcleo documental do ponto de vista cronológico, diplomático e escritural, delimitando-o da produção em língua latina. O traballo incluirá, igualmente, a edición de un conxunto representativo de escrituras do período definido, seleccionadas polo seu interese lingüístico, amplitude cronológica, pluralidade de autores e conformación paleográfica. Com base nelas, elaboraremos un estudo centrado em dois aspetos gerais. Por un lado, as peculiaridades de natureza scriptográfica, com especial destaque para os procedimentos utilizados para a representación da lateral palatal e da nasal palatal, e também para aspetos relativos ao sistema das sibilantes e às vogais nasaladas na sequéncia da queda de -N- (intervocálico) latino. Por outro, tencionamos analizar as características lingüísticas mais salientáveis, nomeadamente do punto de vista morfológico e lexical.

SRA. DECANA DA FACULTADE DE FILOLOXÍA (Presidenta da Comisión de Títulos de Grao)

Santiago de Compostela, 21 de novembro de 2018.

<p>Sinatura do/a interesado/a</p> 	<p>Visto e prace (sinatura do/a titor/a)</p> 	<p>Aprobado pola Comisión de Títulos de Grao con data</p> <p><b>30 NOV. 2018</b></p> <p>Selo da Facultade de Filoloxía</p> 
--	---	--

SRA. DECANA DA FACULTADE DE FILOLOXÍA (Presidenta da Comisión de Títulos de Grao)

## Introdução

A Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães é a primeira igreja colegiada do clero secular em Portugal. O nascimento do seu conjunto arquitetónico situa-se em meados do século X, quando a condessa D. Mumadona Dias funda um mosteiro numa das suas propriedades da então vila de *Vimaranes*. Tempo depois ordenaria construir um castelo dedicado a São Mamede para a sua proteção, e à volta destas duas construções iria conformando-se o núcleo urbano inicial, possibilitando a fixação de população no local. Já em finais do século XI é atribuído ao conde D. Henrique a concessão do primeiro foral, resolvendo converter a vila de Guimarães em capital do Condado Portucalense. Posteriormente, no ano 1139, D. Afonso Henriques institui o mosteiro como Real Colegiada<sup>1</sup>. Com estes dados deduzimos que o desenvolvimento da vila foi paralelo ao da Colegiada, sendo esta fundamental para o surgimento e desenvolvimento da vila de Guimarães, quer do ponto de vista político como religioso. Assim, ambas constituíram um centro de poder regional e mesmo um ponto de peregrinação dentro dos caminhos a Santiago de Compostela<sup>2</sup>, o que motivará a obtenção de privilégios dos primeiros reis portugueses e doações de aristocratas. Durante toda a sua existência, pertenceu ao arcebispado de Braga, mantendo diversos conflitos com ele pela jurisdição dos seus coutos e outras disputas materiais. Finalmente, um outro dado notável é que não foi extinta até 1869, 21 anos depois da extinção das outras igrejas colegiadas de Portugal, pelo seu carácter de “insigne”, título outorgado pela sua importância histórica.

Os diplomas que editamos oferecem-nos diversas informações sobre aspetos do modo de vida da altura, podendo-se obter uma panorâmica geral da organização do mosteiro e da sociedade vimaranense. Assim, conhecemos dados sobre os indivíduos pertencentes aos diferentes estamentos desta instituição: o prior, Paio Domingues (D1, D2)<sup>3</sup>; os clérigos, Domingos Eanes (D1, D2, D7, D8), Egas Martins (D10), Martim Pais (D1) e Martim Viegas (D11); os

---

<sup>1</sup> Câmara Municipal de Guimarães. *Dados Históricos*. Disponível em: [<https://www.cm-guimaraes.pt/pages/248>] [20/05/2019].

<sup>2</sup> Oliveira, Manuel Alves de (1979). *A Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades*. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Disponível em: [<https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/1CH/vol2/1ch-vol2-016.pdf>] [20/05/2019].

<sup>3</sup> Utilizamos a letra D seguida de número para remeter a um dos documentos editados.

cónegos, “mestre” Domingos (D3), Domingos Pais (D8), Domingos Pires (D3, D4, D6, D11), Martim Dias (D4), Mateus Nunes (D2) e Pedro Esteves (D4) e um capelão, Domingos Pires (D4, D6, D11), e constatamos a existência de menções a pessoas doutros ofícios: alfaiates, Domingos Gonçalves (D5) e Lourenço Ferreiro (D11); almoxarifes, João Domingues (D4) e Paio Esteves (D12); escritvães, Fernão Pais (D11) e Martim Afonso (D12) e mercadores, Domingos Gonçalves (D1), Francisco Eanes (D7), João Martins (D7), Martim Anes (D5) e Martim Peres (D12).

Quanto às referências geográficas, são diversos os topónimos do concelho de Guimarães mencionados. Encontramos referências a ruas da cidade: rua da Carniçaria (D12), rua Penteira (D11) e rua de Santiago (D2); diversas freguesias: São Fins de Gominhões (D4, D6), São Lourenço (D3), Urgezes (D9) e Val de Donas (D8) ou lugares: Bouças (D11), Freitas (D2), Picoutos (D4, D6), o Pombal (D1), Torre Velha (D5) e Vila Cova (D2). Também estão presentes algumas instituições religiosas, como os conventos de São Domingos (D5, D11) e São Francisco (D5). Refiramos ainda menções de locais exteriores ao concelho, como o lugar do Chão de Bento, a freguesia de São Salvador de Ribas (conc. Celorico de Basto) (D10) ou a cidade de Santiago de Compostela: “Item, mando a quen vaa por min a Santiago de Galhiza I mr. e meio” (D5)<sup>4</sup>.

Após a exclausuração, os fundos documentais da Colegiada foram distribuídos entre três instituições arquivísticas diferentes: Arquivo Municipal de Guimarães, Arquivo da Universidade de Coimbra e Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa -cit ATT- (Marques 1981: 213). Os documentos editados e/ou estudados pertencem aos fundos deste último. Eles foram transportados desde Guimarães até à capital portuguesa entre 1860 e 1864 pelo paleógrafo José Manuel da Costa Basto, trabalhador do ATT na altura que, em 1887, seria nomeado oficial-mor da instituição<sup>5</sup>.

#### *A edição de textos como documentos linguísticos*

---

<sup>4</sup> Note-se que, como foi dito, Guimarães se encontra no caminho de peregrinação a Santiago.

<sup>5</sup> De acordo com as informações que oferece o Arquivo da Torre do Tombo na sua base de dados.

A publicação de textos medievais constitui um suporte imprescindível para os estudos de linguística histórica. Através da edição e análise de documentos conseguimos extrair informações scriptológicas ou fonológicas fundamentais para caracterizar os diferentes períodos da história da língua, embora em muitos casos elas sejam meras aproximações à realidade linguística.

No campo da edição de documentação notarial, em que se insere o presente trabalho, um dos referentes essenciais, a nível ibérico, é Ramón Menéndez Pidal, com os seus *Documentos lingüísticos de España* de 1919. Nele, o autor publica diplomas divididos em três grupos geográficos: o primeiro, dedicado aos documentos do antigo reino de Castela; o segundo reúne documentos do reino de Leão, e o terceiro diplomas dos reinos de Aragão e Navarra. Cada um deles tem subdivisões internas de acordo com regiões geográficas, algumas delas precedidas de uma explicação sobre a origem e a história do lugar. Nas advertências preliminares da obra, afirma:

Los documentos notariales tienen una importancia especial para el estudio de las variaciones del lenguaje en el espacio y en el tiempo, a causa de expresarse comúnmente en el texto de los mismos el año en que fueron otorgados, y por contener indicaciones más o menos acerca del lugar en que se escribieron

(Menendez Pidal 1919: 5)

No âmbito galego-português há um desequilíbrio tanto quantitativa quanto qualitativamente. Na Galiza existe uma quantidade notável de edições de textos notariais, mas feitas, amiúde, com interesses não estritamente linguísticos, já que tiveram como finalidade os estudos históricos. Pelo contrário, em Portugal contamos com escassas coleções diplomáticas desse tipo. Limitando-nos às edições baseadas em princípios filológicos, podemos citar, dentro do território galego, obras como as de Ricardo Pichel Gotérrez (2009), *Fundación e primeiros séculos do mosteiro bieito de Santo Estevo de Chouzán (sécs. IX-XIII)*, incluindo 65 documentos compreendidos entre 1144 e 1303; ou Ramón Lorenzo (2016), *Colección documental do mosteiro de Montederramo*, em que reúne documentos desse mosteiro entre os anos 1124 e 1560.

Já no âmbito português, uma referência importante é a *História do galego-português* de Clarinda de Azevedo Maia. Nele realiza a edição e pormenorizada análise de 136 documentos procedentes da Galiza e 32 do Noroeste de Portugal dos séculos XIII a XVI. No estudo compara as características scriptológicas dos dois territórios e lança hipóteses para o aparecimento de formas específicas. Um outro referente em amplas edições textuais é a professora Ana Maria Martins com *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*, em que edita um total de 218 documentos de carácter jurídico procedentes das regiões do Douro Litoral e de Lisboa, entre os anos 1243 e 1548. Também José António Souto Cabo edita documentos procedentes dos dois antigos reinos em *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*, que inclui a edição de 346 escritos notariais galegos e portugueses datados entre 1139 e 1270, um período chave na história da língua portuguesa (cf. infra).

A professora de Coimbra Maria José Carvalho tem feito um trabalho de interesse para nós, intitulado *Documentação medieval do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Edição, com introdução e notas de aparato crítico*, que consta de documentos representativos da região centro-litoral portuguesa, entre finais do século XIII e meados do século XVI.

Embora já um bocado afastado dos nossos interesses, devemos notar a edição deã chancelarias reais portuguesas. Lembremos a *Chancelaria de D. Afonso III*, de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira e a *Chancelaria de D. Dinis* de Rosa Marreiros. Elas são representativas desta produção, que focam o seu interesse não só na área linguística, sendo fiel reflexo da língua da corte, mas também na área da historiografia medieval portuguesa.

### *Objetivos*

Em relação ao presente trabalho, elaboramos uma série de objetivos que tencionamos atingir com o presente trabalho:

- a) Estabelecer as pautas de uso da escrita latina e romance no âmbito urbano de Guimarães no período delimitado (cf. infra).

- b) Editar um conjunto de doze documentos instrumentais representativos dos espaços cronológico e geográfico selecionados.
- c) Analisar as características scriptolingüísticas do conjunto documental editado em confronto, quando possível, com aquilo que conhecemos sobre o período.

## 1. Uso de latim e romance na Colegiada de Guimarães

Escolhemos como limites inferior e superior deste trabalho, respetivamente, os anos de 1286 e 1300. O estabelecimento do limite temporal inferior vem determinado pela existência de trabalhos que preenchem o espaço cronológico anterior<sup>6</sup>. Tencionamos estudar um período de quinze anos relevante para a história da língua num local específico, neste caso a cidade de Guimarães, para determinar o funcionamento das diferentes escritas que conviviram no âmbito dos textos instrumentais.

São dois os diplomas em romance anteriores a 1286 procedentes do núcleo documental em questão: o primeiro é um testamento do ano 1273, de que não consta a autoria, e o segundo é uma composição de 1282 escrita pelo notário Pedro Martins. A sua transcendência explica-se porque em meados do século XIII o galego-português começou a estabelecer-se como veículo estável da documentação notarial, sendo até ao momento “usado” apenas para documentos não dispositivos (Souto Cabo: 2004). Portanto, são os primeiros testemunhos da expansão dos usos do código de escrita vernácula na Colegiada e que só culminará em finais de século.

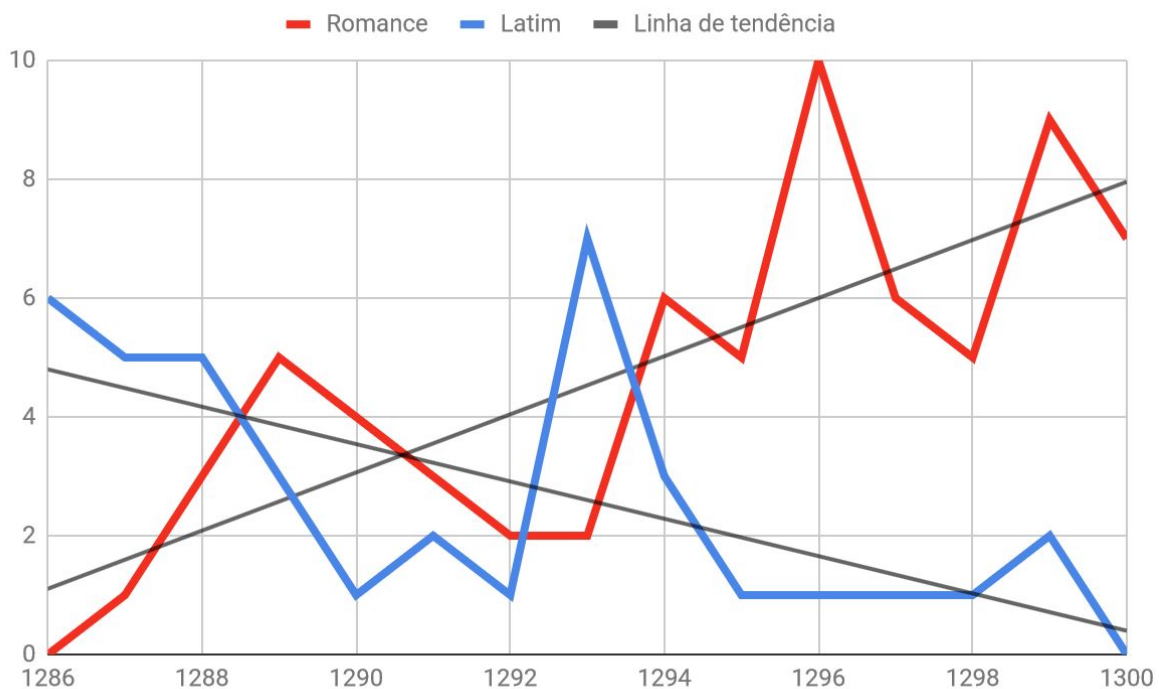
Os documentos utilizados no presente trabalho são custodiados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que disponibiliza as versões digitais na sua base de dados, acessível do seu site, onde se encontram classificados pela sua tipologia e situação cronológica. Com base nesta informação foi elaborado um *corpus* com a totalidade dos documentos do período ordenados segundo a data, a autoria, a tipologia textual e o código de escrita utilizado (romance ou latino), somando um total de 107 diplomas, dos quais 68 são em romance e 39 em latim, revelando uma preponderância dos primeiros sobre os segundos. Isto possibilita a elaboração

---

<sup>6</sup> Temos conhecimento da existência de uma tese de doutoramento, elaborada por Marta Afonso, que incluirá todos os textos romances de origem portuguesa situados entre 1271 e 1285.

dos seguintes materiais de análise quantitativa sobre o uso de latim e romance em base a três coordenadas: evolução cronológica (fig. 1), presença notarial, com a proporção individual da escrita romance e latina, (fig. 2) e distribuição tipológica (fig. 3), que serão analisados individualmente a continuação.

Em primeiro lugar, podemos observar no seguinte diagrama temporal (fig. 1) a evolução do número de textos em romance e em latim durante os quinze anos. Embora ocorram cruzamentos no período inicial e central, graças à referência das linhas de tendência - traço estreito e reto - observa-se um claro predomínio crescente do número de textos produzidos em romance a partir de 1290, e ao mesmo tempo uma diminuição de documentos em latim a partir dessa data.

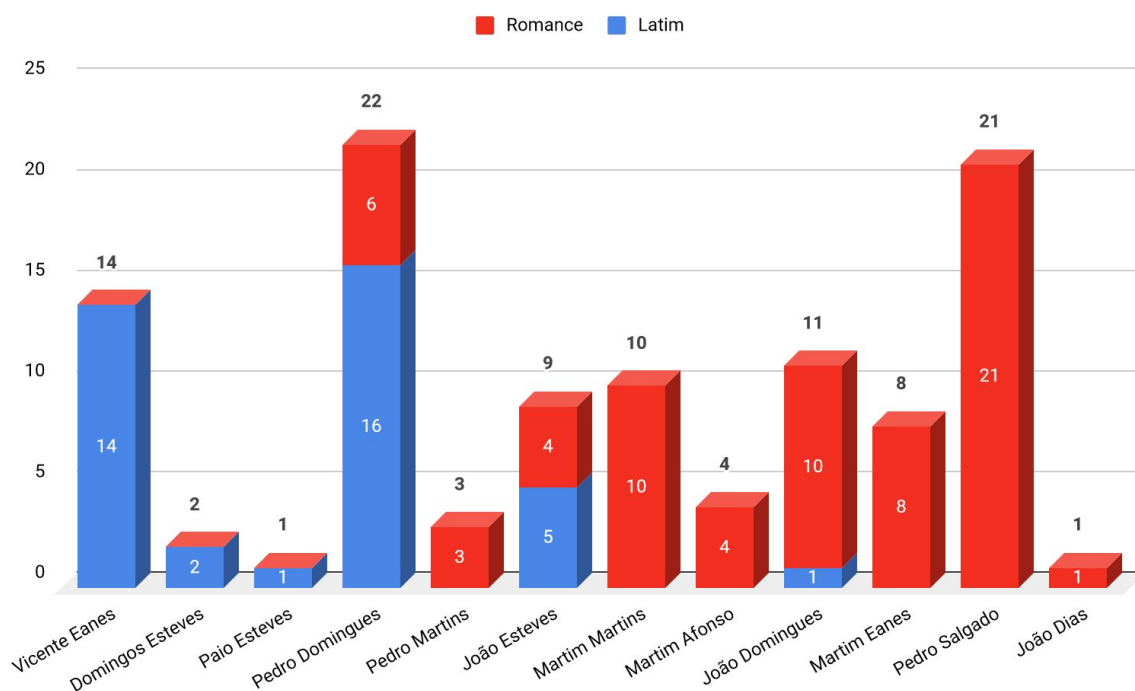


*Figura 1: Evolução dos textos em romance e em latim (1286 - 1300).*

Fonte: elaboração própria

Uma segunda variável está relacionada com as práticas individuais de cada notário no uso de um código ou doutro, para o qual podemos observar o seguinte diagrama (fig. 2). Nele são apresentados em ordem cronológica e com indicação individual da quantidade de textos produzidos em cada código. Com base nele, podemos estabelecer três classes: monolíngues

em latim, monolíngues em romance e bilingües<sup>7</sup>, destacando para a análise os que utilizam os dois códigos: Pedro Domingues e João Esteves, e sobre tudo aqueles que usam exclusivamente o romance nos seus escritos: Martim Martins, Pedro Martins, Martim Afonso, Martim Eanes, Pedro Salgado e João Dias.



*Figura 2: Número de documentos por notário segundo o código de escrita.*

Fonte: elaboração própria

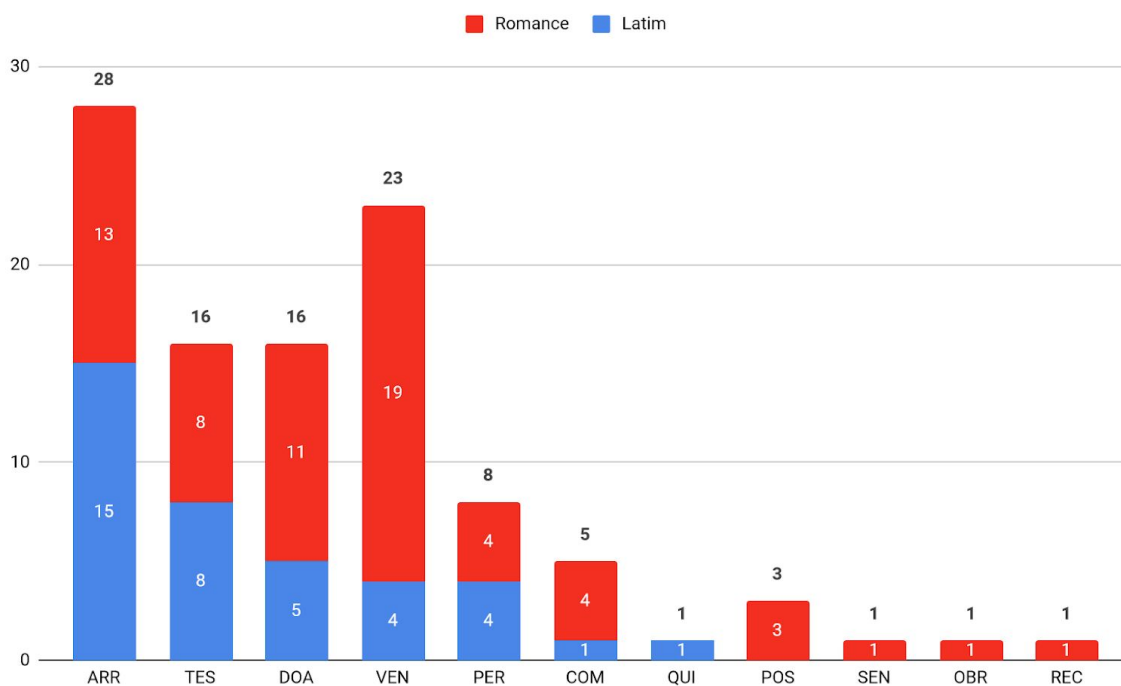
O primeiro facto a destacar é a constatação de uma progressão temporal, pela qual os notários cujos documentos são mais antigos fazem um uso mais intenso da escrita latina, e aqueles mais novos tendem à escrita romance. Observa-se uma utilização exclusiva do latim nos momentos iniciais do período, que continua com uma utilização partilhada e finaliza com a exclusividade do uso do romance, com a exceção de um dos notários (João Domingues), mas com um único texto latino, proporcionalmente pouco significativo.

Ao analisar pormenorizadamente a produção dos notários bilingües, notamos diversas semelhanças quanto à sua distribuição tipológica. Em primeiro lugar, a escrita romance está

<sup>7</sup> Note-se que usamos as denominações “monolíngue” e “bilingües” para nos referirmos, respetivamente, ao uso exclusivo ou partilhado dos códigos de escrita.

presente de forma destacada em compra-vendas e arrendamentos, com cinco ocorrências cada, e a escrita latina em testamentos e também em arrendamentos, com sete e seis ocorrências respectivamente. Além disso, enquanto todas as tipologias são representadas em alguma medida em romance, no caso do latim as composições, as sentenças, as cartas de obrigação, e as cartas de posse não têm presença nestes autores.

Finalmente, mediante o terceiro diagrama (fig. 3) é possível analisar o *corpus* quanto à tipologia documental e a sua distribuição scriptográfica. Nele observamos os onze tipos de diversa natureza jurídica encontrados e ordenados de maior a menor pelo número de textos em latim. Cada um está acompanhada pela indicação numérica da presença no *corpus*.



*Figura 3: Número de documentos por tipologia e código de escrita.*

Fonte: elaboração própria

**Abreviaturas:** ARR: arrendamento. TES: testamento. DOA: doação. VEN: compra-venda. PER: permuta. COM: composição. QUI: quitação. POS: carta de posse. SEN: sentença. OBR: carta de obrigação. REC: carta de reconhecimento.

Não se observam grandes preferências neste campo, mas podem ser extraídas diversas informações: em primeiro lugar, as tipologias mais numerosas (arrendamentos, testamentos, doações, vendas e permutas) estão presentes nas duas escritas com uma proporção variável, sendo que, no caso das doações e das vendas, a proporção de documentos em romance é muito maior - de 83% e 69%, respetivamente - e nos arrendamentos, testamentos e permutas são quase paritárias. Por outro lado, o romance revela-se como o código preferente para as composições e para as cartas de posse, assim como para as sentenças, obrigações e cartas de reconhecimento, embora nestes últimas três as ocorrências totais não são significativas por terem apenas uma referência. Da mesma forma acontece com as quitações, de que só encontramos um documento em latim.

Um facto notável é a distribuição equilibrada dos testamentos em termos linguísticos. Na primeira metade do século XIII foi uma das três tipologias com mais representação romance, junto com as notícias e os inventários de bens (Souto Cabo 2004: 365); portanto seria expectável um maior número de ocorrências. Já em termos gerais, a simples existência de produção testamentária é um indicativo do prestígio da Colegiada como instituição.

## **2. Coletânea documental**

Para a edição foram escolhidos exclusivamente os diplomas de tipo instrumental escritos em código romance, excluindo aqueles de origem régia ou natureza religiosa e todos aqueles em latim, por resultarem uma fonte de informação linguística privilegiada. De acordo com Maia (1986: 7): «os documentos notariais -documentos de doações, compras, vendas, testamentos, inventários de pessoas falecidas etc. (...) oferecem um grande interesse não só para os historiadores como também para os filólogos». Esta delimitação inicial do *corpus* é seguida da aplicação de critérios que favoreçam a apresentação de uma amostra representativa. Em primeiro lugar, é priorizada a edição de, no mínimo, um documento para cada um dos diferentes notários presentes no período, da mesma forma que se torna desejável representar o maior número possível de anos; conjugando isto com um critério relativo à legibilidade dos documentos. Após esta delimitação, reunimos e editamos o seguinte grupo de doze textos, que

se oferecem na seguinte tabela por ordem cronológica e com a indicação de notário, data completa, localização cartorial e tipologia<sup>8</sup>:

NÚMERO	NOTÁRIO	DATA	MAÇO/Nº	TIPO
1	Pedro Domingues	1288-07-08	14/14	COM
2	Pedro Martins	1289-03-08	14/20	TES
3	Martim Martins	1289-05-20	14/22	DOA
4	Pedro Domingues	1290-02-06	14/33	SEN
5	Martim Afonso	1291-04-28	14/38	TES
6	Pedro Domingues	1292-04-23	14/43	VEN
7	Pedro Domingues	1293-10-03	15/16	OBR
8	Martim Eanes	1294-01-06	15/19	POS
9	Pedro Salgado	1295-10-23	15/36	REC
10	João Domingues	1296-05-05	16/01	ARR
11	João Domingues	1297-10-05	16/16	TES
12	João Dias	1298-05-18	16/21	VEN

Através da listagem anterior, observamos os resultados da aplicação dos critérios de seleção no conjunto documental. Deste modo foram editadas uma composição, uma doação, uma sentença, uma obrigação, uma carta de posse, uma carta de reconhecimento, dois testamentos e duas vendas. Dos anos compreendidos no período, ficaram sem representação os dois primeiros (1286, 1287) e os dois finais (1299, 1300), por apresentarem os textos em questão uma baixa legibilidade.

A totalidade dos textos editados estão constituídos por atos documentais de interesse económico para a Colegiada, sendo esta a principal motivação para a sua custódia nos seus fundos documentais. Quanto às suas temáticas, os escritos dão conta de diversas ações

---

<sup>8</sup> Para decifrar as siglas dos tipos documentais, vejam-se as indicações na figura 3.

relativas a bens: a **composição** explica um acordo sobre o direito de uso de um caminho (D1); os **testamentos** contêm a distribuição pormenorizada dos bens materiais entre as pessoas herdeiras (D2, D5, D11); a **doação** reflete a transferência de um casal à igreja (D3); por outro lado a **sentença** ratifica o direito do rei de realizar um tapamento (D4); as **compra-vendas** constata, respetivamente, a transação de uma herdade e da metade de uma casa (D6, D12); enquanto na **carta de obrigação** os titulares comprometem-se a realizar uma doação económica anual (D7); na **carta de posse**, a igreja constata a pertença de duas casas que lhe foram dadas mediante testamento (D8); na **carta de reconhecimento** identifica-se uma propriedade (D9) e, finalmente, o **arrendamento** enumera as contraprestações que os beneficiários estão obrigados a satisfazer em troca do aproveitamento de um casal (D10).

A seguir expomos os princípios e critérios de apresentação e transcrição usados para a elaboração do *corpus*, com as convenções de ordenação, identificação e transcrição seguidas para o tratamento dos documentos originais:

## 2.1. Princípios e critérios de transcrição gráfica

Após a indicação numérica individual, cada documento é precedido por um cabeçalho que inclui três elementos: (i) data de produção, autor material do texto e local; (ii) identificação do núcleo diplomático, sendo todos pertencentes ao Arquivo da Torre do Tombo (ATT) e ao fundo documental da Colegiada de Guimarães, com indicação individual de maço e número; (iii) breve síntese do conteúdo.

### 2.1.1. Princípios genéricos

Para a edição foi adoptado um critério geral de atualização das grafias não pertinentes para comentário posterior, preservando assim os elementos sujeitos a tendências históricas com interesse filológico. De acordo com o estudo de Souto Cabo (2008: 20):

Estimamos, portanto, que a relativa “normalização” a que necessariamente são submetidos os textos só introduz modificações em traços gráficos cuja pertinência linguística é nula ou irrelevante. Evidentemente, qualquer análise centrada em aspectos de interesse

exclusivamente paleográfico só pode tomar como ponto de partida o manuscrito, imprescindível e insubstituível de muitos pontos de vista.

Assim, a nossa aproximação aos textos pode caracterizar-se como sendo de tipo adaptativo, o que facilita a leitura a pessoas não especializadas na matéria.

- A. As particularidades de alguns vocábulos são explicadas em notas de rodapé.
- B. Atualizamos a pontuação de forma a favorecer a compreensão da leitura.
- C. No uso de maiúsculas e minúsculas, seguimos as práticas atuais.
- D. Representamos os segmentos com dificuldades de leitura entre ângulos (< >). No caso de impossibilidade de perceber o conteúdo pela deterioração do suporte, representamos mediante reticências integradas em ângulos <...>.
- E. As letras ou palavras acrescentadas, por serem exigidas pelo sentido, aparecem integradas entre parênteses retos: *temoyas* = *t[est]emoyas* (D3).
- F. Desdobramos as formas abreviadas presentes nos documentos utilizando o itálico para as letras que não constam, de acordo com o que exigem os próprios textos e a documentação coetânea. Ocasionalmente mantemos a forma abreviada quando existiram dúvidas sobre a sua expansão: *mr.* ('maravedi'). Noutros casos, mantendo uma coerência com as formas existentes no texto, desdobramos utilizando as chavetas: *ts* = {*testemoyas*} (D1), *ts* = {*Testemöyas*} (D6). No caso de D10, não havendo referente dentro do texto recorreu-se à forma maioritária do conjunto.

### 2.1.2. Critérios

- A. Reconvertemos a alternância <u>/<v> para os usos vocálico e consonântico respetivamente: *daua* = *dava* (D5), *deuiam* = *deviam* (D1), *deuesa* = *devesa* (D1), *gosaluit* = *Gonçalvit*, *seuera* = *severa* (D9), *uos* = *vós* (D10). Aplicamos o mesmo procedimento no caso da dupla <i>/<j>, utilizando a primeira para os valores vocálicos e a segunda para os consonânticos: *egreia/eigreia/eygreia/ygreia* = *egreja/eigreja/eygreja/ygreja* (D1, D2, D4, D5, D7, D8, D9, D11), *iazendo* = *jazendo* (D9), *seia* = *seja* (D5).

- B. Marcamos com apóstrofo a elisão de elementos quando essa prática não coincide com a atual: *dabril = d' abril* (D6), *danbos = d' anbos* (D10), *destanforte = d' estanforte* (D5), *doytubro = d' oytubro* (D11), *encomendolheu = encomendo-lh' eu* (D11), *mhas = mh' as* (D5), *sobressa = sobr' essa* (D1), *sobresto = sobr' esto* (D4), *todaquelo = tod' aquilo* (D7). Também marcamos a dita elisão nos patronímicos: *Francesqu' Eanes* (D7), *Fagund' Eanes* (D6), *Maria d' Espinho* (D11), *Mari' Afonso* (D6), *Pedr' Estevez* (D4), *Vicent' Eanes* (D2).
- C. Fazemos uso de acentuação gráfica exclusivamente com finalidade diacrítica: *a = á* (D8), *covedos = côvedos* (D11), *de = dê* (D2, D5), *e = é* (D6), *este = estê* (D12), *guardacos = guardacós* (D11) *nos = nós* (D10, D12), *revora = révora* (D12), *vos = vós* (D10, D12).
- D. O signo geral de abreviatura é reconvertido em til de nasalidade ou em consoante nasal de acordo com os valores contextuais. Nos casos em que este símbolo representa a sequência de vogal + consoante nasal foi representado mediante <n> ou <m>: *tabaliõ = tabaliom/tabalion* (D1-D12), *nõ = nom/non* (D1, D2, D4, D5, D10, D11, D12), *beyçõ = beyçon* (D5), *temête = temente* (D5), *pitãça = pitañça* (D5, D11), *cõpridamente = compridamente* (D10), etc. Foram mantidos alguns casos especiais de vacilação no uso destas grafias respeito à prática atual, usando -n- implosivo em vez do esperável -m-, casos de *senpre* (D1), *enbargo* (D2), *setembro* (D7), *enbargamento* (D10) e *anbos* (D10). Note-se que regularizamos o til sobre a vogal inicialmente nasalada: *uũ = ãu* (D10, D11).
- E. Mantivemos as plicas presentes nos manuscritos sobre as vogais geminadas quando existiu a possibilidade de estarem envolvidas vogais nasais: *bóó* (D1), *húú* (D3, D5). No resto dos casos foram suprimidas.
- F. As consoantes duplicadas em posição inicial foram simplificadas: *ffreguesia = freguesia* (D6), *ffeito = feito* (D7), *ssa = sa* (D11), *soterrar = soterrar* (D2).
- G. Reconvertemos a alternância c/ç de acordo com os usos atuais: *almuçela = almucela* (D5), *Baçelo = Bacelo* (D1), *mançeba = manceba* (D5), *reçebemos = recebemos* (D12) ou *tramiçirgo = tramicirgo* (D5) e de <c> para <ç>: *Boucas = Bouças* (D11).
- H. A nota tironiana - com valor de conjunção copulativa ('e') - é representada como *e*, por ser esta a única forma que aparece por extenso.

- I. Na ligação e separação de palavras, normalizamos de acordo com as práticas atuais. Utilizamos o traço para os pronomes enclíticos e para os alomorfes do artigo precedidos de consoante, salvo na contração da preposição “por” (*pelo, pela*): *dê-o* (D11), *obligaron-se* (D7), *sobre-lo* (D4), *sobre-lla* (D2), *toda-las* (D2), *todo-los* (D10). Ocasionalmente utilizamos o travessão baixo para palavras unidas no manuscrito e ligadas, provavelmente, por motivos de ordem fónica: *cono* = *con\_o* (D8), *johaneanes* = *Johan\_Eanes* (D7), *johanesteveiz* = *Johan\_Esteveiz* (D4).

## 2.2. Documentos transcritos

### 1

1288, julho 8 - Pedro Domingues, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 14, número 14.

*Paio Domingues, prior da Colegiada de Santa Maria de Guimarães, e o cabido da mesma chegam a um acordo com Domingos Gonçalves, mercador, e a sua mulher, Sancha Martins, sobre o direito de uso de uma “carreira” na quinta do Pombal.*

Sabham quantos este strumento virem que sobre *contenda* que era antre os onrrados barões dom Paay Dominguiz, prior da igreja de Santa Maria de Guimarães, e o cabidoo dessa meesma igreja da hũa parte e Domingos Gonçalviz, mercador de Guimarães, e sa molher Sancha Martiis da outra, sobre hũa carreira a qual os ditos prior e o cabidoo diziam que taparam os ditos Domingos Gonçalviz e sa molher, pela qual carreira diziam que deviam a hyr aa vinha do Poonbal. e os ditos Domingos Gonçalviz e sa molher diziam que *nom* aviam *porque*. E aa cima despus muytos *preitos* e muitas razões avudas da hũa parte, e da outra as partes de suso ditas de seu bóo plazimento a atal amigavil *composiçom* e estavil *para* todo *senpre* veerom. Convem a saber: *que* os ditos Domingos Gonçalviz e sa molher dem carreira *per* a par do mato da vinha de Duram Fernandiz *contra* o Bacelo de Domingos Gonçalviz de suso dito e de sa molher, pela qual carreira os ditos prior e cabidoo adugam a madeira da devesa de sobr’ essa vinha quanta aja mester *para* erger essa vinha do Poonbal e em outra guisa *nom* devem *per* hy a fazer carreira. Feito foy isto em Guimarães VIII dias de julho, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXVI<sup>a</sup>. {Testemoyas}: Paay Steveiz, tabaliom de Guimarães; Martim Paez e Domingos Johannis, clérigos, e outros muitos homéés bóos. E eu Pedro Dominguiz, público

tabaliom de Guimarães, a estas cousas rogado, fui *presente e per* mandado das *partes* de suso ditas este strumento escrevi e pugi hy este meu signal *em* testemoyo de *verdade*.

## 2

1289, março 8 - Pedro Martins, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 14, número 20.

*Testamento de Mateus Nunes, cónego da Igreja de Santa Maria de Guimarães.*

In Dei *nomine*, amen. Eu Matheus Nuniz, cóónigo de Santa Maria de Guimaraes, temente *prestumeyro* dia de mha vida, en *primeyramente* mando a mha alma a *nostro* senhor e a sa *madre* Santa Maria. E mando o meu corpo soterrar na *egreja* de Santa Maria de Guimaraes. E mando hy *per* mha oniversaria *aquela* casa *que* eu ei en rua de San Tiago. E mando *aquela* meya da casa *que* eu ei *cun* Stevan Guilhelme e o meu rocin a Tareiga Nunez, mha irmãa, *pera* pagar 100 *libras*, as quaes min ficou contra don Paay Dominguyz, *prior* de Santa Maria de Guimaraes. E rogo a Martin Anes, meu sobrinho, pella mha *bëyçon* *que* se *nembre* daquilo *que* lhy figi e *que* mi non dê enbargo sobre-lla herdade de Freytas *nen* sobre essa casa. *Item*, mando aos cóónigos de Santa Maria de Guimaraes hũa cuba, a mayor a qual eu tenho na casa. *Item*, mando a toda-las pontes hũu mr. e mando aos gafos e aas gafas de Guimarães meyo mr. *Item*, mando a Gonçallo Gunsalvit, abade de Villa Cova, a capella mha *que* eu tiinha *que* fui de Johan Airudo, assy como a eu tiinha. *Item*, mando ao dito Gonçallo Gunsalvit hũa cuba, a melhor *que* eu tenho. *Item*, faço *eccecutor* deste meu *testamento* Martin Anes, meu sobrinho, *que* el pague este meu *testamento* e mhas *dividas*, assy como eu ei con ele fiuza, e mando *que* nunca esse Martin Anes possa seer *demandado* en nehũa *cousa* de seus bees *per* este meu *testamento*. Feito fui en Guimarães VIII dias de março, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXVII<sup>a</sup>, *que* *presentes* *foron*: Vicent' Eanes, *taballion*; Domingos Johannes, *clerigo*; Simhon Nuniz; Domingos Johannes, *scolar*; Fernan Duraes e outros muitos. E eu Pedro Martiiz, *taballion* de Guimaraes, a rogo e de *mandado* do dito Matheus Nunis, este *testamento* *scrivy* e este meu signal hy pugi en *testemũio* de *verdade*.

## 3

1289, maio 20 - Martim Martins, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 14, número 22.

*Martim Reimondo e a mulher, Urraca Bernardes, entregam a Domingos Pires e ao mestre Domingos, cónegos da Igreja de Santa Maria de Guimarães, o casal de Louredo (São Lourenço de Selho, conc. Guimarães).*

Sabhan quantos este strumento viren que en presença de my, Martin Martiiz, tabalion de Guymarães, e das t[est]emoyas aqui escritas, Martim Reimondo e sa molher Orraca Bernaldiz, entregaron a Domingos Perez e a maestre Domingo, cóónigos de Guymarães, en nome do cabiidoo dessa vilha, o cassal de Louredo, na freiguisia de San Lourenço, en que ora mora Martin Gonçalviz, per tal preito e per tal condiçon que o cabidoo de Guymarães aja per esse cassal en cada húú ano pera todo sempre VII mrs. e meyo. Conven a saber os meyo por dia de Natal e os meyo por dia de Pascoa, en salvo e en paz, e damos ainda comprido poder a esse cabidoo sobredicto que ele ou seu procurador ou hoveençal que possan per sy penorar e constrenger, sen porteiro e sen moordomo, no cassal sobredicto e em sas perteenças por esses mrs. sobredictos. Feyto foy isto eno cassal de Louredo XX dias andados de mayo, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXVII<sup>a</sup>. Que presentes foron Johan Perez, Duran Paaiz, Pedro Abril, Domingos Andre Pedro filho de Pedro Johannes Martin Gonçalviz Pedro Martiiz, tabalion. E eu Martim Martiiz, tabalion sobredicto, a rogo e de mandado dos sobredictos cabidoo e de Martim Reymondo e de sa molher, dona Orraca, este estrumento escrivi e meu signal hi pugy en testemoio de verdade.

#### 4

1290, fevereiro 6 - Pedro Domingues, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 14, número 33.

*João Domingues, almoxarife de Guimarães, dita sentença favorável a Domingos Pires, cónego e capelão da Colegiada de Guimarães, na contenda que contra ele promoveram os homens de Gominhões (conc. Guimarães).*

Sabham quantos este strumento virem que sobre contenda que era antre os homéés de Gomiaes da hũa parte e Domingos Periz, coonigo e capelam da egreja de Guimarães, per razom dessa egreja de Guimarães da outra, sobre hũu tapamento que o dito Domingos Periz fez encima dũha sa vinha eno logar que chamam Picoutos. Sobre-lo qual tapamento os ditos homéés de Gomiaes se veerom queyxar a Joham Do[min]guiz, almuxarife de Guimarães,

dizendo que o dito tapamento fazia dano al Rey e que avia el Rey hy derecho. E o dito almuxarife sobr' esto fez enquerer e saber a verdade per my, Pedro Dominguez, tabaliom de Guimarães, e feyta essa enquisiçom e sabuda a verdade aos santos avangelhos desses homéés meesmos que se querelaram, acharom que el Rey nom avia nem hũu dereyto no dito tapamento nem perdia per hy, nem hũa cousa dos seus dereytos, nem jazia hy nem hũu regaengo del Rey. As quaes cousas assi sabudas o dito Joham Dominguez, almuxarife, mandou ao dito Domingos Periz que fizesse sa prol no seu assi como fazia. Feyto foy isto em Guimarães VI dias de fevreyro, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XX<sup>a</sup> VIII<sup>a</sup>. Os que presentes foram: Joham Periz, scrivam de nosso senhor el Rey; Johan\_Estevez, tabaliom; Martim Diaz e Pedr' Estevez, coonigos de Guimarães e outros muytos homéés bóós. E eu Pedro Dominguez publico tabaliom de suso dito, a estas cousas rogado, fuy presente e a rogo do dito Domingos Periz este strumento escrevi e pugi hy este meu signal en testemoyo de verdade.

## 5

1291, abril 28 - Martim Afonso, notário de Guimarães.  
ATT, Colegiada de Guimarães, maço 14, número 38.  
*Testamento de Elvira Soares.*

En nome de Deus, amen. Eu Elvira Soariz, temente prestumeiro dia de minha vida, con meu entregue siso faço meu testamento. En primeira mente, mando minha alma a nostro Senhor e a Santa Maria sa madre e mando soterrar meu corpo na eygreja de Santa Maria de Guimarães con Don Pedro Lourenço, meu tio, e mando ao altar des a eygreja II mrs. E mando aos coonigos desse logar que sobre min sayren II mrs. Item, mando a esse logar por minhas dizemas que non dey asi como devera II mrs. Item, mando aos crerigos do coro I mr. Item, mando ao primeiro sabado pera os probes V libras e aos coonigos que sobre min sayren esse dia I mr. Item, mando aos trinta dias pera os probes V libras e aos coonigos que sobre min sayren esse dia I mr. Item, mando acima do ano pera os probes V libras e aos coonigos que sobremin sayren esse dia I mr. Item, mando cantar por minha alma e pola de meu marido, Stevan Johannes, II anaes de misas e mando per a eles XL<sup>a</sup> libras. E item, mando a freyra minha yrmáá XL<sup>a</sup> soldos. Item, mando àlbergaria dos alfayates XI soldos. Item, mando a quen vaa por min a Santiago de Galhiza I mr. e meio. Item, mando pera cantar por min I trinteyro

de misas XL<sup>a</sup> soldos. Item, mando aos frades de San Francisco *pera* pitaça XL soldos. Item, mando aos frades de San Domingos XL<sup>a</sup> soldos *pera* pitaça. Item, mando aos gafos de Guimarães X soldos; item, mando às gafas dese logar X soldos. Item, mando a Domingos Jhoanes, meu abade, XX soldos. Item, mando a Domingos Periz I mrs. Item, mando que mi façan en cada huu ano pela *minha* casa da Torre Velha II aniversarias, hũa por *min* e outra por meu marido *Stevan* Jhoannes, e mando que a *non* tolhan a Johan de Basto *que* ora ela mora e *non* dê mays da *que* ora a *min* dava, e depus sa morte fique à *egregia* livre e *en pas*, e se meus filhos esto *non* outorgaren mando *que* mh' as façan pela *minha* casa en *que* eu ora morava *per* tantos drs. quantos esta outra rendia. Item, mando a Domingas Dominguiz, *minha* criada, huu boo chumaço tramicirgo; item, mando a Tareyja, *minha* manceba, hũa saia nova d' estanforte e huu leyçol bóo e huu chumaço e hũa almucela. Item, mando a Maria, *minha* manceba, *que* foy *que* I saya e VIII <cbs> d' estanforte *pera* duas sayas *que* lh' eu devia. E rogo Afonso Meendiz pola <merçon> de Deus e de Santa Maria sa madre *que* mo compra e page *minha* e meu testamento pelo meu terço e pelo meu quinto per mandado de <...>, asi como de suso dito <e> e o filho e a filha *que* m' esta manda outorgar seja beyto da beyçon *que* Deus beyceu os seus amigos e de <...> e o que contra esta *minha* manda veer seja maldito da maldiçon de Deus e da *minha*, amen. Feyto foy esto en Guimarães XXVIII dias d' abril, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXVIII<sup>a</sup>. {Testemoyas}: Johanne Stevaez, tabalion de Guymarães; Martin Anes, mercado[r] e Domingos Gonçalviz, alfayate, Johan de Basto e outros. Eu, Martin Afonso, publico tabalion de Guymarães, a rogo e a mandado da dita Elvira Soariz <este instrumento> escrevi e meu signal hy pugi em testemoyo de verdade.

## 6

1292, abril 23 - Pedro Domingues, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 14, número 43.

*João Mendes e a mulher, Maria Afonso, vendem a João Domingues uma herdade em São Fins de Gominhões (conc. Guimarães).*

Sabham quantos este strumento viren que en *presença* de my, Pedro Dominguiz, publico tabalion de Guimarães, e das testemõyas aqui scritas, Johanne Meendiz, filho *que* foy de don Meen Meendiz e sa molher Mari' Afonso, venderon a Johanne Dominguiz, criado de

Domingos Perez, capelan de Guimarães, toda aquela herdade que eles avian ena freeguesia de Sam Fiiz de Gomyaes assi en Picoutos come alhur con todos seus dereitos e perteenças assi como ena carta da venda que ende e feita é contheudo por preço que deles receberam sex libras de port., a qual venda feita e outorgada eesta guisa os ditos Johanne Meendiz e sa molher, Maria Afonso, deron e outorgaron ao dito Joham Dominguiiz por entregador da dita herdade Fagund' Eanes, corretor. Feito foy isto en Guimarães XXIII dias d' abril, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXX<sup>a</sup>. {Testemõyas} que foron presentes Martim Anes, tabalion; Domingos Perez, cóónigo de Guimarães; Joham Dominguiiz. E eu Pedro Dominguiiz, tabalion de suso dito, a estas cousas rogado, fuy presente e a rogo das partes de suso ditas este strumento screvi e pugi hy este meu signal en testemõyo de verdade.

## 7

1293, outubro 3 - Pedro Domingues, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 15, número 16.

*Carta de obrigação pela qual João Eanes “Bullon” e sua mãe, Maria Pires, se obrigam a dar anualmente um maravedi à Igreja de Santa Maria de Guimarães, em virtude de João Mendes “Bullon” ter deixado à dita igreja uma casa na rua de Santiago.*

Sabham quantos este strumento viren que en presença de my, Pedro Dominguiiz, publico tabalion de Guimarães, e das testemõyas aqui scritas, Johan\_Eanes dito Bullon e sa madre Maria Periz entraron e obligaron-se per todos seus béés a dar en cada hũu ano aa egreja de Santa Maria de Guimarães hũu mr. por aniversaria que mandou Johane Meendiz dito Bullon aa dita egreja per hũa casa que [é] en rua de Santiago ena qual morava o <...>, e que paguen en cada hũu ano o dito mr. aa dita egreja por Sam Miguel de setembro. En salvo e en paz obligaron-se ainda os ditos Johan\_Eanes e sa madre a pagar tod' aquelo que hy jaz por pagar de vedro. Feito foy isto en Guimarães III dias de outubro, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXXI<sup>a</sup>. {Testemõyas}: Francisqu' Eanes e Joham Martiíz, mercadores; Domingos Johannes, clerigo. E eu Pedro Dominguiiz, tabalion de suso dito, a estas cousas rogado, fuy presente e per mandado desses de suso ditos este strumento screvi e pugi hy este meu signal en testemõyo de verdade.

## 8

1294, janeiro 6 - Martim Eanes, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 15, número 19.

*Martim Domingues entrega a Domingo Eanes, clérigo do coro da igreja de Santa Maria de Guimarães, duas casas em Val de Donas (conc. Guimarães).*

Conhoscam<sup>9</sup> quantos este strumento viren que, en presença de min, Martim Anes, publico tabalion de Guimarães, e das testemõias que adeante son escritas, Martim Dominguez dito Semeli entregou duas cassas en Val de Donas a Domingos Johanes clerigo do coro da eigreja de Santa Maria de Guimarães, as quaes cassas mandou Domingos Paez cóónigo en outro tempo da dita eigreja de Santa Maria aos cóónigos dessa eigreja, assi como he *conteudo* en hũa manda que hi á feita per mao de Joham Dominguez, tabalion de Guimarães, que o dito Domingos Paez feze e assy como he *conteudo* na sobredicta manda en nome do cabidoo de Guimarães. E o dito Domingos Johanes recebeu as ditas cassas en nome do dito cabidoo de Guimarães, as quaes cassas lli entregou o dito Martim Dominguez ao dito Domingos Johannes con sas entradas e con sas saydas e con todos seus dereitos e perteenças con\_o meio do poço e como <p.> pela sebe. Feito foi esto en Val de Donas, en Guimarães, VI dias de janeiro, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXXVI<sup>a</sup> anos. {Testemõias}: Joham Dominguez, tabalion; Domingos Dominguez, alcaide; Fernan Perez, o que mora na hũa cassa sobredicta e eu Martim Anes, tabaliom sobredicto, a rogo do dito Domingos Johanes e este strumento scrivi e meu signal hy pugi en testemoio destas cousas que tal é.

## 9

1295, outubro 23 - Pedro Salgado, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 15, número 36.

*João Domingues faz um reconhecimento relativo ao aproveitamento e propriedade da quinta de Urgezes (conc. Guimarães).*

Sabham quantos este strumento virem que, en presença de my, Pedro Salgado, publico tabeliom de Guimarães e das testemõyas aqui scritas, Joham Dominguz de Ulgeses jazendo hy na quintãa d' Ulgeses, doente pero en seu entendimento *comprido* assi como parecia, disse e confessou que daquele herdamento en que ele hy severa ata aqui o qual fora de dom Joham

---

<sup>9</sup> Ms.: conohoscam.

*Fernandiz que dera ende ele senpre ata aqui sex mr. cada ano aa igreja de Santa Maria de Guimarães, o qual herdamento disse que mandara o dito dom Joham Fernandiz a essa igreja de Guimarães, depus morte desse Joham Dominguiiz. Disse ainda esse Joham Dominguiiz que depus morte do dito dom Joham Fernandiz usara ele e possuyra senpre o dito herdamento em nome dessa igreja de Guimarães e que lly dera cada ano os ditos sex mr. de reconhocença<sup>10</sup>. Feito foy isto em Ulgeses XXIII dias de outubro, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXX<sup>a</sup> III<sup>a</sup>. {Testemõyas} que foram presentes Giral Martiiz, homem de dona Maria; Pedro Jardo, homem de Lourenço Anes; Marcos Martiiz, Pedro Juyaez e dom Meen Soariz, chantre de Guimarães. E eu Pedro Salgado, tabaliom de suso dito, a estas cousas rogado, fuy presente e a rogo dos coonigos de Guimarães e Pedro Infançom, procurador do prior de sa igreja, este strumento screvy e pugi hy este meu signal en testemõyo de verdade.*

## 10

1296, maio 5 - João Domingues, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 16, número 1.

*O Cabido de Santa Maria de Guimarães afora a João Peres e à mulher um casal no Chão de Bento (São Salvador de Ribas, conc. Celorico de Basto).*

*Sabham todos que nós o chantres e o cabidoo de Gimaraes emprazamos a vós, Jhoam Perez e a vossa molher Marinha Dominguiiz, e a hũa pessoa depus vossa morte qual a vós aprouguer o nosso casal do Chao de Beeyto que é' na freygisia de Sam Salvador de Ribas com todos seus dereytos e perteenças, e vós devedes chantar e afroytivygar e fazer e refazer toda benefytoria<sup>11</sup> que poderdes e nom devedes hy a criar filho de cavaleyro nem doutro homem podroso. E devedes a nós seer obidyentes e nom parardes contra nós outro senhor, e devedes a dar a nós en cada ãu ano todo-los nosos dereytos compridamente, assi como os en<sup>12</sup> senpre acostumearom aa dar, e geyra e loytosa en salvo e em paz, e depus vosa morte d' anbos fique a hũa pessoa aqual a vós aprouguer, e depus morte desa pessoa o dito casal com toda sa benefytoria fique a nós livre e en paz sen nem ãu<sup>13</sup> enbargamento. E se alguem<sup>14</sup> contra este*

---

<sup>10</sup> Ms. recõhocença.

<sup>11</sup> Ms.: ben feytoria.

<sup>12</sup> Ms.: ãn.

<sup>13</sup> Ms.: nēuu. O símbolo geral de abreviação em cima toda a palavra.

strumento quisser viir *que* el *queyra* britar ou enbargar, *nom* seja a el outorgado e quanto demandar tanto a vós *dobre* e a *quem* vosa voz derdes peite<sup>15</sup> a el quinhentos soldos, e ao senhor da terra outro tanto e o instrumento seja firme como dito é. Feyto foy esto no cabydoo de Gimaraes V dias de mayo, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXX<sup>a</sup> III<sup>a</sup>. {*Testemõyas*}: *Martim Martiiz*, *tabaliom*; *Egas Martiiz*, *creligo*; *Martim Meendiz*, *leygo* de Ribas. E eu *Jhoam Dominguiiz*, *tabaliom* de Gimaraes, a rogo das dita[s] partes, estes *prazos partidos per A B C* com mha mao *propia screvy* e meu *synal hy pugi que* tal é.

## 11

1297, outubro 5 - João Domingues, notário de Guimarães.  
ATT, Colegiada de Guimarães, maço 16, número 16.  
*Testamento de Constança Peres.*

In *Dei nomine*, amen. Eu *Costança Perez*, posta en todo meu *syso* e en mha memoria comprida, temendo *prestumeyro* dia de mha vida faço mha manda. En primeiramente, mando a mha alma ao meu senhor *Jhesu Christo* e a *virgen Santa Maria* e a corte dos angos, e mando o meu corpo soterrar en *Santa Maria* de Gimaraes, e mando hy con meu corpo tres *libras*. *Item*, mando duas *libras* ao altar. *Item*, mando aos cóonygos duas *libras*. *Item*, mando aos *creligos* do coro trinta soldos. *Item*, mando hy duas *libras* por dizimas que *non* dey como devya. *Item*, mando a San Francisco duas *libras* aos frades *pera* pitaça e hũa *libra*<sup>16</sup> *pera* a obra desse moesteyro. *Item*, aos frades de San Domingos duas *libras* *pera* pitaça; *item*, hũa *libra*<sup>17</sup> *pera* a obra dese moesteyro. *Item*, mando a Domingos Perez, o capelan, hũu meyo mr. *Item*, mando aos guafos de Gimarães V soldos; *item*, aa[s] guafas V soldos; *item*, mando aos guafos de Bouças V soldos; *item*, aa ponte de Bouças<sup>18</sup> V soldos. *Item*, mando duas *libras* *pera* o primeyro sabado; *item*, duas *libras* aos XXX dias. *Item*, duas *libras* acima do ano. *Item*, mando a mha irmáá, *Maria Perez*, a mha saya nova; *item*, mando a mha irmáá, *Crara Perez*, o meu guardacós novo e hũa *libra*<sup>19</sup>. *Item*, mado a *Maria d' Espinho* o meu guardacós vermelho e X soldos. *Item*, mando a mha madre quatro côvedos de laranço e X *libras*; *item*

---

<sup>14</sup> Ms.: algẽ.

<sup>15</sup> Ms.: p<sup>e</sup> te. A forma do manuscrito apresenta alguns problemas de interpretação gráfica.

<sup>16</sup> Ms.: libras.

<sup>17</sup> Ms.: libras.

<sup>18</sup> Ms.: Boucas.

<sup>19</sup> Ms.: libras.

mando a *Maria Martiiz*, mha tia, hũu mr. *Item*, mando XX libras pera mysas cantar. *Item*, mando a *Mayor Perez*, mha tya, dez soldos; *item*, *Domyngos de Portela* X soldos e a sa irmáá dez soldos. *Item*, a *Domyngos Perez* dez soldos e a sas filhas dez dez soldos. *Item*, mando aos meus sobrinhos, filhos de *Jhoan Simhoez*, X X soldos. *Item*, faço, estabelesco e ordinho por meu eyxecutor, meu padre *Pero Martiiz*, *que* el pague mhas devydas e mha manda pelo meu terço e pelo meu quinto, e o *que* ficar dê-o a meus filhos. E encomendo-lh' eu os meus filhos. *Item*, mando hũa libra<sup>20</sup> en cada ãu ano pela mha cassa en *que* mora *Jhoan Sobrinho* en rua *Penteyra*, *apar* das casas de *Martin Veeguas*, o *creligo*; aa ygreja de *Santa Maria* que façan anyversaria por *myn* e por *Andre Perez* en cada ãu ano. *Item*, digo en toda verdade e segundo aa ora da morte en *que* jazco *que* enprestey a *Martin Paez*, irmao de *Pero Paez*, duzentas e quaraenta libras en *dinheiros contadas* e *que* as tragia de <mi> en cabedal. Feita a manda en *Gimaraes* V dias d' oytubro, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXX<sup>a</sup> V<sup>a</sup>. {*Testemoyas*}: *Martin Martiiz*, tabalion; *Domingos Perez*, coonygo e capelan; *Fernan Paez*, *escrivan*; *Jhoan Sobrinho*; *Lourenço Ferreyro*, alfayate e outros. E eu oan *Dominguiz*, tabalion de *Gimaraes*, a rogo e de mandado da dita *Costança Perez* esta manda escrevy e meu sinal hy pugi *que* tal é.

## 12

1298, maio 18 - João Dias, notário de Guimarães.

ATT, Colegiada de Guimarães, maço 16, número 21.

*Martim Peres, mercador de Guimarães, vende ao Cabido de Santa Maria de Guimarães o que lhe pertence de uma casa na vila do castelo de Guimarães.*

Eno nome de Deus, *amem*. Nós, *Martim Perez* mercador de *Guymarães* e mha molher *Maria Estevãiz* fazemos carta de vendiçom e de *perduravil* firmidoe a vós, *cabidoo* de *Santa Maria de Guymarães*, *daquelha meya* *daquelha* nossa cassa *que* nós avemos vosco na vilha do castello de *Guimarães*, na rua da *carniçaria*, com todos seus *dereytos* e *perteenças* e com todas sas *entradas* e sas *saydas* *per* hu a<sup>21</sup> vós *melhor* poderdes aver e achar por preço nomeado *que* nós de vós recebemos. *Convem* a saber: *quinze* mrs. da moeda velha de *Portugal* e sa *révora* ca atanto a vós e a nós *bem* aprougue do *preço* *nem* da *révora* apres de nós nada *nom* ficou por dar. *Ajades* vós por ende des *aqui* *adeante* essa meia dessa cassa firme e *estavil* *pera* todo *senpre*, *com* todos seus *dereitos* e *perteenças* assy como *sobredicto* he e

---

<sup>20</sup> Ms.: libras.

<sup>21</sup> Ms: hũa.

todos aqueles *que* a vós aprouguer. E se algu*em* véer assy da nossa parte come da outra *que* esta nossa carta queira britar ou *embargar* *nom* seja a el outorgado e quanto demandar ou *embargar* tanto a vós *em* dobro *componha*<sup>22</sup> e a *quem* vossa voz derdes peite a el D soldos da moeda velha de Portugal e a carta estê firme e estavil *em* sa révora *pera* todo senpre a qual meya de cassa nós vendemos por divida *que* nós deviamos a nosso senhor el-Rey, *per* *razom* do maordomado *que* eu Martim Perez tyvi rendada a vilha de Guymarães, a qual venda Paai Estevãiz, almoxarife de Gimarães, e Martim Afonso, *escrivam* da dita vilha, outorgarom e ouverom por firme e por estavil. Feyta foy a carta *em* Guimarães XVIII dias de mayo, era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXX<sup>a</sup> VI anos. {Testemoias} *que* foram presentes Martim Afonso, Martim Martiiz. Joham Diaz, taballiom de Guymarães, a rogo das ditas partes *per* outorgamento dos ditos almoxarife e *escrivam* esta carta *com* mão<sup>23</sup> propia a *escrivy* e meu signal hy pugy *em* testemoio de verdade *que* tal é.

### 3. Análise scriptolinguística

#### 3.1. Escrita latina

Embora neste período a escrita romance já se tenha afastado da latina e funcione na prática de forma autónoma, ainda é possível detetar evidências desta no corpus editado. Em termos gerais, estes vestígios limitam-se na sua maioria a expressões introdutórias de tipo formulário estreitamente relacionadas com a tipologia dos textos, colocados no início dos documentos. Um exemplo disto é a fórmula introdutória *In dei nomine* que aparece em duas ocasiões nos documentos D2 e D11 e cuja forma romance *En nome de Deus* aparece noutros dois diplomas, D5 e D12. Outro é a presença do numeral *sex*, que poderia ser considerado latinismo, novamente com duas ocorrências nos documentos D6 e D9.

#### 3.2. O vocalismo

Começamos a análise com os grafemas que representam fonemas vocálicos cujas formas são <a>; <e>; <i>, <y>, <j>, <h>; <o> e <u>, que podem aparecer de forma simples,

---

<sup>22</sup> Ms.: compõha.

<sup>23</sup> Ms: mãho.

representando fonemas vocálicos orais, ou providos de um til, fazendo referência a vogais nasais (Maia 1986: 306). A seguir realizar-se-á a análise scriptolingüística de cada aspeto de forma individual:

Por vezes, na documentação do período algumas vogais são representadas mediante grafemas diferentes aos da escrita atual. Em concreto, foi habitual a presença de <u> no lugar em que hoje ocorre <o> e o uso de <i> no lugar de <e>. Podemos situar a origem deste factio nas práticas da escrita latina, em que <i> e <u>, lidas com fonética romance, podiam ter os valores de [e] e [o] ou em «aqueles casos em que, por motivos de fonética sintáctica, a articulação da vogal era muito fechada ou ainda realmente /u/ e /i/» (Souto Cabo 2005: 367). Da primeira situação não encontramos exemplos nos textos editados, o que demonstra uma certa consolidação da escrita romance entre os notários das últimas décadas do século.

No segundo grupo, apenas podemos integrar as formas: *acustumearom* (D10), *almuxarife* (D4), *(e)scrivil/(e)scrivy*<sup>24</sup> (D2, D3, D8, D12) e *obidyentes* (D10), em que a vogal pretónica se fecha por influxo da tónica (fechada). Outros (aparentes) exemplos respondem a motivações diversas: *fui* (vb. *seer*, lat. <FUIT) como forma de P3 do pretérito de indicativo (D2), a terminação *-vil* (<lat. BILE(M)): *amigavil* (D1), *estavil* (D1, D12) e *perduravil* (D12), patronímicos em *-it/iz*: *Bernaldiz* (D3), *Dominguiz* (D4, D6, D7, D9, D10, D11), *Estevãiz/Steveiz* (D1, D4, D12), *Fernandiz* (D1, D9), *Fiiz* (D6), *Gonçalviz* (D1, D5, D3), *Gunsalvit* (D2), *Martiiz* (D2, D3, D7, D9, D10, D11, D12), *Meendiz* (D5, D6, D7), *Nuniz* (D2), *Paaiz* (D3), *Periz* (D4, D5, D7) e *Soariz* (D5, D9)<sup>25</sup>, terminação da P1 dos pretéritos fortes como: *figi* (D2), *pugi/pugy* (D1, D2, D4, D5, D7, D8, D10, D11, D12) e *tyvi* (D12). Em todos estes casos, o *i* não está a representar uma pronúncia /e/, trata-se de situações em que devemos presumir uma articulação real /i/<sup>26</sup>.

Outras vacilações vocálicas seriam a ocorrência do grafema <e> em posição pretónica: *adeante* (D8, D12), o que não garante que a pronúncia fosse da vogal *e*. De facto, Maia (1986: 369) afirma que a fixação destes usos provocava um desajuste entre as formas gráficas e a

---

<sup>24</sup> Note-se que também observamos as formas *(e)screvi/(e)screvy* (D1, D4, D5, D6, D7, D9).

<sup>25</sup> Nalguns diplomas é possível encontrar *-ez*: *Dominguez* (D8), *Juyaez* (D9), *Paez* (D1, D8) ou *Perez* (D3, D10, D11, D12).

<sup>26</sup> Foge das pretensões deste trabalho fazer uma análise pormenorizada destes aspetos.

oralidade. Note-se que outros tipos de variação como a forma, *antre* (D1, D4) e *molher* (D1, D3, D6, D10, D12) são casos de formas medievais habituais.

Como foi apontado, as vogais nasais são encimadas normalmente mediante o símbolo geral de abreviatura<sup>27</sup>, um traço colocado na parte superior das palavras que hoje interpretamos como sendo um til: *barões* (D1), *bēyçon* (D2), *dūha* (D4), *Guimarães/Guymarães* (todos exceto D10), *hūu* e *hūa* (D1, D2, D4, D5, D7, D8, D10, D11), *nenhūa* (D2), *razões* (D1), *testemūio* (D2), *testemōyas/testemōias* (D6, D7, D8, D9, D10), *testemōyo* (D6, D7, D9). No entanto, em múltiplas ocasiões essa marca diacrítica não aparece: *firmidoe* (D12), *Chao* (D10), *Gomyaes* (D6), *Guimaraes/Gimaraes* (D2 e D10), *irmao* (D11), *mao* (D8 e D10) ou *Simhoez* (D11). Contudo, essa ausência não tem de ser necessariamente interpretada como sinal de desnasalamento, como já foi notado, sobretudo, para a documentação do século XIII. No caso dos encontros entre vogais idênticas, consequência da queda de um -N-, estes podem aparecer marcados com plicas, o que não necessariamente deve ser interpretado como marca diacrítica de nasalidade: *bóó* (D1 e D4), *cóónigo(s)* (D2, D8, D11), *homéés* (D1, D4), *húú* (D3), *irmáá/yrmáá* (D2, D5, D11) ou *véér* (D12). Noutros casos surge essa marca diacrítica nasalidade: *quintãa* (D9) ou *ūu* (D10).

Quanto à distribuição dos ditongos *oi* e *ui* com origem no grupo -KT- e -LT-, Maia (1986: 559) aponta:

(...) os documentos de Portugal oferecem de modo habitual formas com *ui*, o que se compreende facilmente uma vez que, como vimos, no caso de palavras em que existia *oi* proveniente do encontro de *o* com *i* resultante da vocalização de *k* do grupo -KT- ou de *l* do grupo -LT-, desde o século XIII que a língua começa a fixar-se nas formas inflexionadas com *ui*, não se tendo criado esse estado de flutuação fonética entre os dois ditongos que existiu a norte do Minho. Sendo assim, não se generalizou a alternância *oi/ui* a formas que tinham inicialmente este último ditongo.

Contudo, no texto D10 aparecem as formas *afroytivygar* (<lat. FRUCTIFICARE) *loytosa* (<lat. LUCT(U)OSA) Também encontramos a forma *oytubro* (D11), mas neste caso é a

---

<sup>27</sup> Só são consideradas vogais nasais aquelas que precediam um -N- intervocálico latino posteriormente desaparecido.

variante tradicional da vocalização em *i* do grupo latino -KT-, face ao ditongo erudito *ou* (Maia 1986: 564).

### 3.3. Consoantes

#### 3.3.1. A grafia <h>

A grafia <h> é utilizada normalmente de acordo com princípios etimológicos habituais, pois estava já presente nas palavras latinas. Assim, encontramos vários exemplos desse uso esperável: *homéés* (D1, D4), *herdade* (D2, D6) e *herdamento* (D9), *Johan/Johannes* (D1-D8). Outro aspeto a notar é a sua ausência em vocábulos em que seria expectável, sendo o caso do adjetivo *onrrados* (D1), de diferentes formas do verbo *haver* como *á* (D8), *aja* (D3), *ajades* (D12), *avia* (D4), *avudas* (D1) ou *ei* (D2).

No caso contrário, encontram-se formas em que não seria esperável este grafema, por não estar presente no étimo: *hoveençal* (D3, lat. <ADVENENTIALE), *hyr* (D1, <lat. IRE) ou o advérbio *hy* (<lat. IBI) presente em todos os textos menos em D3, podendo ser neste caso por causa de confusão com o latim HIC (Banza 1992: 125). O mesmo acontece na forma verbal *he* com valor da terceira pessoa de singular do presente de indicativo do verbo *seer* (D8, D12), nos artigos *hũu* e *hũa* (D1, D2, D4, D5, D7, D8, D10, D11) (<lat. UNUM/UNAM), no verbo *contheudo* (D6) ou no nome próprio *Matheus* (D2), cuja explicação é etimológica (<lat. MATTHAEUS). No caso específico de *contheudo* (D6), é provável que o <h> apareça deslocado por erro do notário, já que na forma esperada, *contehudo*, o dito grafema em posição medial teria o objetivo de marcar o hiato existente de acordo com Banza (1992: 127).

Além da combinação habitual <ch> com exemplos como: *achar(om)* (D4, D12), *chamam* (D4), *chantar* (D10), *chantre(s)* (D5, D10), *Chao* (D10), *chumaço* (D5) ou *Sancha* (D1), o grafema em questão pode aparecer combinado com outras consoantes, em concreto encontramos as combinações: <bh>, <mh>, <lh> e <nh>. Nos dois primeiros casos, o <h> parece representar a semivogal /j/: *sabham/sabhan* (D1, D3, D4, D6, D7, D9, D10) e <mh>

está presente nos antropónimos *Simhon* (D2) e *Simhoez* (D11) e nos possessivos *mha(s)* (D2, D10, D11, D12).

### 3.3.2. Os dígrafos <nh> e <lh>

O uso dos grafemas compostos <nh> e <lh> para a representação da nasal palatal e da lateral palatal, respetivamente, são de grande interesse por constituírem um facto diferencial da escrita romance portuguesa, nomeadamente no âmbito peninsular.

Os testemunhos mais antigos de <nh> datariam de 1264, no *Livro de João Portel*, e de <lh> datariam de 1265, na *Chancelaria de Afonso III*, segundo Cintra (1963: 64-67), mas na atualidade a perspetiva mudou (Souto Cabo 2004: 370-371). Desde os estudos do século XIX até à atualidade, a origem destas soluções gráficas tem-se ligado à importação do modelo provençal, mas esta teoria é contestada atualmente por diversos teóricos pela sua inconsistência, e em concreto por Ramos (2013: 481). Uma questão fundamental é a que <nh> e <lh> serem usados apenas em algumas regiões como no Languedoc, oriental e ocidental, ou na Provença, em zonas como Toulouse, Narbonne, Montpellier, Nimes ou Arles (Ramos 2013: 506). Isto dificulta aceitar a teoria de que fossem introduzidos pela corte de Afonso III, por ser demasiado improvável a adoção de uma grafia usada em territórios tão distantes e desiguais, sem que a influência literária provençal pareça um argumento suficiente. Por estes e outros argumentos, a autora propõe para eles uma teoria poligenética, que estaria composta das diferentes possibilidades abertas para a origem da adoção destes dígrafos na língua portuguesa.

Quanto à sua presença no conjunto dos documentos, temos os seguintes exemplos. Em representação da lateral palatal /k/ encontraram-se duas grafias possíveis: <lh> e <ll>. No conjunto analisado é maioritário o dígrafo <lh> (75% dos diplomas), com formas como *alhur* (D6), *avangelhos* (D4), *filho(s)/filha(s)* (D3, D5, D6, D10, D11), *Guilhelme* (D2), *julho* (D1), *lh(e)* (D5, D11), *lhy* (D2), *melhor* (D2, D12), *molher* (D1, D3, D6, D10, D12), *tolhan* (D5), *velha* (D5, D12) e *vermelho* (D11), sendo a solução <ll> residual, com um pequeno número de ocorrências e presente no restante 25% dos diplomas: *Bullon* (D7), *lli* (D8) e *lly* (D9).

As diferentes soluções mantiveram-se em convivência, por isso é expectável o aparecimento de trocas. Por exemplo, detetamos o uso de <lh> para representar a consoante lateral alveolar /l/: *vilha* (D3, D12), *Galhiza* (D5), *daquelha* (D12) e *castelho* (D12) em documentos dos notários Martim Martins, Martim Afonso e João Dias.

Como é habitual, também observamos o uso de (<ll>) na representação do mesmo som em casos como: *capella*, *Gonçallo*, *pella* ou *Villa* (D2) e *taballion/taballiom* (D2, D12), em documentos de Pedro Martins e, novamente, de João Dias.

No que atinge à representação da nasal palatal /ɲ/, as soluções encontradas foram <nh> e <n>. A primeira é maioritária no conjunto, com presença em 83% dos documentos e encontrada nas seguintes formas: *conhoscam* (D8), *dinheiros* (D11), *Espinho* (D11), *Marinha* (D10), *ordinho* (D11), *quinhentos* (D10), *senhor* (D2, D4, D5, D10, D11, D12), *sobrinhos* (D11), *tenho* (D2) e *vinha* (D1, D4). Quanto à segunda, apresenta-se apenas em um documento e a única ocorrência é *penorar* (D3), sendo o autor do escrito Martim Martins.

### 3.3.3. O sistema de fricativas

O subsistema de consoantes fricativas em galego-português medieval era diferente do que é maioritário atualmente em Portugal. Nos seus inícios constava de duas fricativas ápico-alveolares e duas africadas pré-dorsais, surda e sonora. Estas últimas transformaram-se, por perda do momento oclusivo inicial, em fricativas pré-dorso-alveolares<sup>28</sup>. Portanto, encontramos dois pares de sibilantes fricativas: um de pré-dorsais e outro de apicais. Para a representação das pré-dorsais eram empregados os grafemas <c>, <ç> e <z>, e para as apicais os grafemas <s> e <ss>.

Das pré-dorsais surdas temos exemplos como: *acima* (D5, D11), *beyceu* (D5), *chumaço* (D5), *composiçom* (D1), *façan* (D5), *Francisco* (D5, D11), *Gonçalviz* (D1), *manceba* (D5), *março* (D2), *parecia* (D9), *pitança* (D11), *rocin* (D2) ou *terço* (D5) e quanto à sonora, encontramos as seguintes formas: *dizemas/dizimas* (D5, D11), *diziam* (D1), *emprazamos* (D10), *fazer/fazemos/fazia/fezesse* (D1, D4, D10, D12), *fiuza* (D2), *Galhiza* (D5), *jazendo* (D9),

---

<sup>28</sup> Não incluímos outros sons de natureza fricativa por não ser relevante o seu estudo neste período.

*laranzo* (D11), *prazos* (D10), *quinze* (D12) ou *razom/razões* (D1, D4, D12). Note-se a forma anómala *perteenssas* (D3), com <ss> em lugar de <ç> (*perteenças*). Não é fácil apurar se se trata apenas de um facto de natureza gráfica ou pode ter uma interpretação fonológica.

Já no caso das apicais, o dígrafo <ss> em contexto intervocálico possui os dois valores, sendo utilizado para o fonema surdo e para o sonoro: *assi/assy* (D2, D4, D6, D8, D10, D12), *confessou* (D9), *disse* (D9), *essa/esse(s)* (D1, D2, D3, D4, D5, D7, D8, D9, D11, D12), *fezesse* (D4), *nosso/nossa* (D4, D10, D12), *possa/possan* (D2, D3), *possuyra* (D9); *cassal* (D3), *cassa(s)* (D8, D11, D12), *quisser* (D10) ou *vossa* (D10, D12). O grafema simples também possui esses dois valores: *asi* (D5), *misas* (D5), *pesoa* (D10), *vosa* (D10), *desa* (D5); *casas* (D11), *cousas* (D4), *guisa* (D6), *presença* (D3, D6, D7, D9), *siso/syso* (D5, D11), *suso* (D6, D7).

Finalmente, notamos o uso do grafema <s> em posição final, em exemplos como: *muitas* (D1), *onrrados* (D1), *partes* (D1, D6, D10, D12) ou *soldos* (D5, D10, D11, D12).

#### 4. Outros aspetos

Na presente epígrafe trataremos alguns aspetos de interesse morfológico ou léxico encontrados no conjunto:

O primeiro deles é a existência de encontros vocálicos resultantes da síncope de consoantes intervocálicas latinas, presentes nas formas: *bees* (D2), *Beeyto* (D10), *boo* (D5), *cabidoo* (D1, D12), *coonigo(s)* (D4, D5), *freeguesia* (D6), *hoveençal* (D3), *huu* (D5), *moordomo* (D3), *Paai* (D12), *perteenssas/perteenças* (D3, D12), *seer* (D2), *vaa* (D5), *veerom* (D1), ou *viir* (D10), porque na atualidade se resolveram normalmente pela crase das duas vogais. No conjunto só identificamos um possível caso deste fenómeno: *mando às gafas dese logar X soldos* (D5). As formas do artigo definido, nos casos em que são precedidas de uma preposição, também dão lugar a encontros vocálicos: *aa(s)* (D1, D2, D7, D9, D10, D11).

Seguidamente, é notável a presença de participios dos verbos da segunda conjugação que conservam a forma em *-udo*, sendo o caso de: *avudas* (D1), *cont(h)eudo* (D6, D8) e *sabuda(s)*

(D4). Quanto a formas verbais antigas, observamos a ocorrência do verbo aduzer, na forma *adugam* (D1), com o significado de ‘trazer’. Além disso, também encontramos a forma *severa* (D9), a forma de mais-que-perfeito do verbo *seer*.

Respeito a unidades de interesse lexical, encontramos vocábulos antigos como *prestumeyro* (D2, D11), que tem o significado de ‘último’. Quanto a campos semânticos, um dos mais alargados é o dos tecidos e peças de roupa ou do lar, presentes nomeadamente nos testamentos. São os seguintes: *almucela* (D5), um cobertor fino de seda, lã ou linho; *chumaço* (D5), também denominado *chimaço*, um antigo travesseiro feito de pluma<sup>29</sup>; *estanforte* (D5), um tecido feito de estambre<sup>30</sup> (fio de lã ou de seda); *guardacós* (D11), uma peça de roupa de abrigo apertada; *tramicirgo* (D5), e *laranzo* (D11), de que não conseguimos esclarecer origem ou significado..

A ocorrência lexical de maior relevância é a de *ecceutor* (D2). Machado (1997) situa o seu primeiro aparecimento nos inícios do século XVI, no capítulo 19 da crónica de D. Afonso Henriques, enquanto o resultado mais antigo de TMILG (2004) a localiza em uma sentença de 1331, com a forma *esecutor*. Assim, esta primeira ocorrência dataria de 1289, no documento do Testamento de Mateus Nunes. Segundo estes dados, poderíamos considerar esta como a primeira ocorrência registada desta palavra em galego-português, tendo em conta os diplomas editados até o momento.

## 5. Conclusões

O presente estudo pretende servir de aproximação à produção notarial da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães em finais do século XIII. O conjunto documental editado, formado por quinze diplomas, resulta de grande interesse pela informação extra-linguística que fornece, oferecendo, por exemplo, diversos dados sobre a realidade desse período com

---

<sup>29</sup> De acordo com Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1798). *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases, que em Portugal antigamente se usarão e que hoje regularmente se ignorão*. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira. Disponível em [<https://books.google.es/books?id=g6taAAAacAAJ>] [20/05/2019].

<sup>30</sup> Segundo Vicente Miguel, Irene (2009). “Aproximación al léxico de los tejidos y la indumentaria en documentos notariales medievales”, em Romero, L. / Juliá, C. (coords.), *Tendencias actuales en la investigación diacrónica de la lengua: Actas del VIII Congreso Nacional de la Asociación de Jóvenes Investigadores de Historiografía e Historia de la Lengua Española*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 505-513.

dados sobre ofícios ou sobre a estrutura de organização da Colegiada. Mas o nosso interesse principal basea-se nos dados linguísticos, sendo que as análises realizadas nos níveis cronológico, autoral e tipológico constituem uma fonte de informação valiosa sobre esse período em Guimarães.

Graças aos dados coligidos, verificamos uma ampliação de usos do código de escrita romance, assim como a fixação de soluções gráficas como os grafemas <lh> e <nh>, este último facto diferencial do português frente às outras línguas românicas, e encontramos usos vocálicos e consonânticos consolidados, assim como como exemplos de usos singulares provocados por erros na escritura ou por factores fonológicos. Resulta de especial interesse a riqueza lexical encontrada, com menção especial para a forma *ecceutor*, que como apontamos poderia ser o primeiro registo conhecido desta palavra, e para os diferentes vocábulos sobre tecidos presentes nos documentos.

## 6. Bibliografia citada e consultada

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - [Base de dados de descrição arquivística]. [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra -. [<http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=129569>].

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - [Base de dados de descrição arquivística]. [Em linha]. Lisboa: ANTT -. [<https://digitarq.arquivos.pt>].

Banza, Ana Paula (1992). *A linguagem dos documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: [[https://www.academia.edu/38890103/Tese\\_de\\_Mestrado\\_Os\\_documentos\\_em\\_portugu%C3%AAs\\_da\\_Chancelaria\\_de\\_D.\\_Afonso\\_III](https://www.academia.edu/38890103/Tese_de_Mestrado_Os_documentos_em_portugu%C3%AAs_da_Chancelaria_de_D._Afonso_III)] [20/05/2019].

Boullón Agrelo, Ana Isabel / Monteagudo, Henrique (2009). *De verbo a verbo. Documentos en galego anteriores a 1260*. Anexo 65 de *Verba, Anuario Galego de Filoloxía*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Brocardo, Maria Teresa (2014). *Tópicos de história da língua portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Carvalho, Maria José (2017). *Documentação medieval do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Edição, com introdução e notas de aparato crítico*. Anexo 74 de *Verba, Anuario Galego de Filoloxía*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

— (2018). “Entre consoantes: grafemas e fonemas no scriptorium do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (sécs. XIII-XVI)”. *Revista Galega de Filoloxía* 19: 41-72. A Corunha: Universidade da Corunha. Disponível em [<https://doi.org/10.17979/rgf.2018.19.0.4946>] [20/05/2019].

Castro, Ivo / Ramos, Maria Ana (1986). “Estratégia e tática da transcrição”, em *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*: 99-122. Paris: Centre Culturel Portugais / Fondation Calouste Gulbenkian.

Cintra, Luís F. Lindley (1963). “Observations sur l’orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle”. *Revue de Linguistique Romane* 27, 59-77.

Coelho, Maria Helena da Cruz (2011). “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os Arquivos no século XIX”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, tomo XLII, p. 71. Disponível em: [[https://www.academia.edu/6280478/Alexandre\\_Herculano\\_a\\_hist%C3%B3ria\\_os\\_documentos\\_e\\_os\\_arquivos\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XIX](https://www.academia.edu/6280478/Alexandre_Herculano_a_hist%C3%B3ria_os_documentos_e_os_arquivos_no_s%C3%A9culo_XIX)] [20/05/2019].

Emiliano, António (2002). “Problemas de transliteração na edição de textos medievais”, *Revista Galega de Filoloxía*, 29-64.

Gual Camarena, Miguel (2014). *Vocabulario del comercio medieval*. Disponível em: [<http://www.um.es/lexico-comercio-medieval>].

Lorenzo, Ramón (1988). “Consideracións sobre as vocais nasais e o ditongo -ão en portugués”, em M. D. Kremer (ed.): *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Consello da Cultura Galega, 289-326.

— (2016). *Colección documental do mosteiro de Montederramo. Coa colaboración de Maka Pérez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

Machado, José Pedro (1997). *Dicionário etimológico da língua portuguesa: Com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. Lisboa: Livros Horizonte.

Maia, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII até ao século XVI (Com referência à situação do Galego moderno)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Marques, José (1981). “Património e rendas da Colegiada de Guimarães”, em *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada: 850 Aniversário da Batalha de São Mamede 1128-1978*, II, pp. 213–238. Disponível em:  
[\[https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/1CH/vol2/1ch-vol2-011.pdf\]](https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/1CH/vol2/1ch-vol2-011.pdf) [20/05/2019].

Marreiros, Rosa (2012). *Chancelaria de D. Dinis: Livro II*. Coimbra: Palimage.

Mariño Paz, Ramón / Varela Barreiro, Xavier (2016). *Linguística histórica e edición de textos galegos medievais*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Martins, Ana Maria (2001). *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa: Da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Menéndez Pidal, Ramón (1919). *Documentos lingüísticos de España*. Madrid: Centro de Estudios Históricos. Disponível em:  
[\[https://archive.org/details/documentosling01menuoft/page/4\]](https://archive.org/details/documentosling01menuoft/page/4) [20/05/2019].

Ramos, Maria Ana (2013). “Processos de reverência cultural? A adopção de <lh> e <nh> na escrita portuguesa”, em Álvarez, R. / Martins, A. M. / Monteagudo, H. / Ramos, M. A.: *Ao sabor do texto. estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 481-514.

Romero Tallafigo, Manuel (1995). *Arte de leer escrituras antiguas*. Huelva: Universidad de Huelva.

Souto Cabo, José António (2004). “A transição scriptográfica na produção documental portuguesa de 1257 a 1269”, em Brito, M. A. / Figueiredo, O. / Barros, C. (eds): *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Universidade do Porto.

— (2008). “Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII”. *Monografía 5 da Revista Galega de Filoloxía*. A Corunha: Universidade da Corunha. Disponível em:  
[\[http://illa.udc.es/rgf/pdf/mon\\_5.pdf\]](http://illa.udc.es/rgf/pdf/mon_5.pdf) [20/05/2019].

— (2009). “*Testes ad probandum contra Velasco Pedriz*”, em Brea, M. (coord.): *Pola melhor dona de quantas fez Nostro Senhor. Homenaxe á profesora Giulia Lanciani*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades.

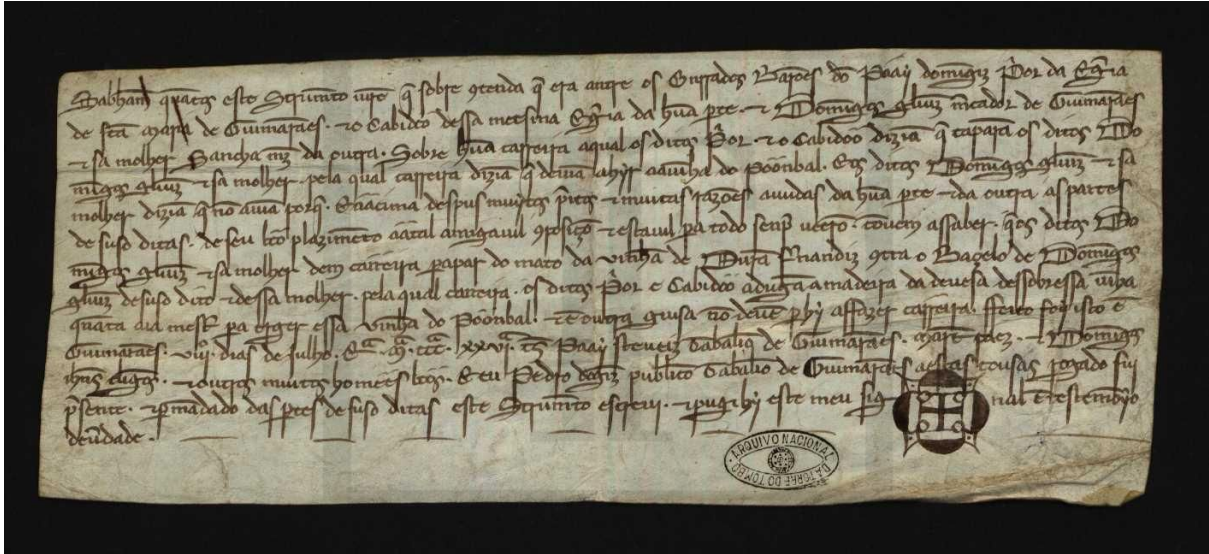
— (2014). “Os primeiros escritos em galego-português: revisão e balanço”, em Eirín García, L. / López Viñas, X. (eds.): *Língua, texto, diacronía. Estudos de lingüística histórica. Monografía 9 da Revista Galega de de Filoloxía*. A Corunha, Universidade da Corunha.

TMILG = Varela Barreiro, Xavier (dir.) (2004-). *Corpus informatizado Galego-Portugués Antigo*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponível em: [<http://ilg.usc.es/tmilg>].

Ventura, Leontina / Oliveira, António Resende de (2006). *Chancelaria de D. Afonso III*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

## Anexo: reproduções fotográficas

1



In de nunc amo de gache nunc Conigo de sea gapa de Guimaraes comente psta  
 meyo da deonha uida supenqamca mado amha illu anno senhor casa gade pta q  
 e mado omcu corpo socar na gpa de sea gapa de Guimaraes e mado hy pmba Guim  
 rapa aqta casa q eu e q orbeua de sea gapa. e mado aqta meya da casa q eu e q  
 eu e mado guilherme es meu de gao. a rapaga nunc mba pmba p pagap. 6. lly.  
 a guage m fiau comca dom pmba comiga pta de sea gapa de Guimaraes. e pogo.  
 a rapa ang meu sobrito pta mba beyon q se netre de ello qly pag e qny no de  
 enbaygo sobrita herade de seijas ne sea casa e mado aq Conigo de sea  
 gapa de Guimaraes hua cuba amayor. aqual eu renho na casa. e mado aq dly  
 pncez huu m. e mado aq Gaffo. eus casa de Guimaraes. meyo. m. f.  
 mado a Goncalo gualuo Abade de villa coua. acapellania q eu renha  
 qly de sobra ayudo. aq comca eu renha e mado aq Goncalo gualuo. hua  
 cuba amilho. q eu renho. e fago. executor de sea meu testamo. aq ang  
 meu sobrito qd pague este meu testamo e mha duida aq como eu e q  
 eu elle suge. e mado qna qly aq ang psta sep demada e netre caufa  
 de sep lly. p este meu testamo. fago hy e Guimaraes. viij. dias de mayo. 1500.  
 e 100. xvij. Que pntes sou vigo ang abillu e doming robing clero. Ounho  
 mung e doming robing salu pmba dupe. e mado mung e eu ja mny e abillu de  
 Guimaraes ayogo e demada de sea gache nunc. este testamo pta e este meu  
 fago mial hy pag e refonau de uida

















Em nome de Deus. Am. nos q[ue]m por meados de Guimarães m[un]da m[un]do q[ue]m  
 est[re]m. fazemos carta de u[er]ificação de p[ro]priedade. p[ro]priedade. sup[er]ior. Cabido. de p[ro]p[ri]e  
 ta. q[ue]m de Guimarães da q[ue]m q[ue]m da q[ue]m nossa casa q[ue]m me[nt]es u[er]o  
 na villa de Castello de Guimarães na villa de Guimarães. c[on]ceder p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e  
 cor, p[ro]p[ri]e. c[on]ceder p[ro]p[ri]e. p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e nos m[un]do p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e  
 q[ue]m p[ro]p[ri]e nomeado q[ue]m de nos p[ro]p[ri]e. c[on]ceder p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e. damoc  
 da. u[er]ba de p[ro]p[ri]e. p[ro]p[ri]e c[on]ceder nos, nos de p[ro]p[ri]e. do p[ro]p[ri]e no d[omi]n[u]m  
 pa. ap[er] de nos nada no p[ro]p[ri]e. p[ro]p[ri]e. m[un]do nos p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e. ad[er]m[en]te e p[ro]p[ri]e  
 p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e. c[on]ceder p[ro]p[ri]e. c[on]ceder p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e. p[ro]p[ri]e  
 ass[im] como p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e. c[on]ceder a q[ue]m q[ue]m p[ro]p[ri]e. p[ro]p[ri]e u[er]o ass[im] de  
 nossa p[ro]p[ri]e. c[on]ceder a q[ue]m. q[ue]m esta nossa carta. p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e ou d[omi]n[u]m no  
 p[ro]p[ri]e a[nt]e. m[un]do. q[ue]m de m[un]do ou d[omi]n[u]m c[on]ceder nos e d[omi]n[u]m. c[on]ceder  
 a q[ue]m nossa nos de p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e a[nt]e. d[omi]n[u]m de m[un]do u[er]ba de p[ro]p[ri]e. c[on]ceder e p[ro]p[ri]e  
 p[ro]p[ri]e. c[on]ceder. p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e a q[ue]m q[ue]m de p[ro]p[ri]e nos u[er]o de nos  
 p[ro]p[ri]e de m[un]do. q[ue]m de m[un]do m[un]do d[omi]n[u]m e p[ro]p[ri]e do p[ro]p[ri]e de m[un]do. q[ue]m  
 q[ue]m p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e u[er]ba de Guimarães a q[ue]m u[er]ba p[ro]p[ri]e e p[ro]p[ri]e  
 d[omi]n[u]m de Guimarães. p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e de u[er]ba u[er]ba. c[on]ceder p[ro]p[ri]e  
 p[ro]p[ri]e. p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e a Guimarães xxiij. dias de p[ro]p[ri]e. e  
 de a[nt]e xxij. y. nos q[ue]m p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e  
 de Guimarães p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e de p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e p[ro]p[ri]e  
 u[er]ba esta carta contra m[un]do. p[ro]p[ri]e a[nt]e. m[un]do p[ro]p[ri]e n[on]al b[on]o p[ro]p[ri]e  
 c[on]ceder nos de m[un]do p[ro]p[ri]e e

